

Alceni foi afastado do colégio de vice-líderes do PFL por votar em teses progressistas

Igreja apela novamente por eleição em 88

A exemplo do cardeal-arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, que na última quarta-feira defendeu a realização de eleições presidenciais em 1988, o arcebispo de Vitória, dom Espírito Santo, dom Silvestre Scandian, fez apelo aos fiéis, ontem, por ocasião das festas de Natal, para que pressionem os constituintes a lutar pela convocação do pleito presidencial em 88.

Dom Silvestre afirmou que o Brasil "precisa de um Governo com autoridade e respaldo popular" e denunciou manobras que vêm sendo feitas com o objetivo de impedir a imediata conclusão dos trabalhos da Constituinte, "para que o mandato do presidente José Sarney chegue aos cinco anos".

Nesta nova manifestação de representantes da Igreja em favor das eleições diretas para Presidente da República ano que vem, o arcebispo de Vitória alertou, como já o fizera dom Evaristo, em São Paulo, que o povo brasileiro não pode ver "frustrados os seus anseios, como ocorreu por ocasião da campanha pelas diretas-já".

Ele também criticou o "Centrão" ao acusar o grupo de "bloquear as conquistas sociais já obtidas junto à Comissão de Sistematização, tentando impor um novo texto constitucional".

Dom Silvestre, todavia, admitiu que alguns integrantes do grupo estão recuando em determinadas posições, pelo temor de perder apoio de suas bases eleitorais, devido às pressões da Igreja. Para dom Silvestre, em plenário muitos constituintes terão maior cautela ao votar, pois estarão sendo observados diretamente pelo eleitorado. "Os brasileiros deverão estar atentos à lentidão para a aprovação da nova Carta, porque há séria intenção de protelar os trabalhos e garantir os cinco anos para o presidente Sarney", reafirmou, ao concluir.

Temer defende a reeleição de prefeitos

O deputado Michel Temer (PMDB-SP) defendeu ontem a reeleição para prefeitos, no próximo ano, salientando que "esta é a única forma de se tornar mais viva a representação popular no País". Temer disse que assim que se abrirem os prazos para emendas ao projeto da Comissão de Sistematização, a proposta da reeleição será apresentada, incluindo, a reeleição de Presidente da República e de governadores.

A preocupação principal, contudo, é com a recondução dos atuais prefeitos. Segundo o parlamentar paulista, a reeleição no âmbito municipal permite que os eleitores, acompanhando de perto o chefe do executivo local, deem novo aval à sua administração, possibilitando que as obras administrativas tenham continuidade.

Emenda
O deputado explicou que vai apresentar a emenda ao projeto da Comissão de Sistematização, por causa da insistência dos prefeitos que querem a aprovação da reeleição. Michel Temer prevê que a "pressão" dos prefeitos junto ao plenário da Assembleia Nacional Constituinte será intensa, pois o assunto interessa aos executivos municipais e todo o País.

Temer explicou que poderá até retirar da sua emenda o dispositivo que trata da reeleição para Presidente da República e governadores e manter apenas a de prefeitos. Mas salientou que ainda está estudando o assunto e só tomará providência neste sentido em janeiro, quando retornará a Brasília para o início dos trabalhos da Constituinte.

Michel Temer disse ainda que deverá representar sua emenda sobre a participação popular na escolha do sistema de governo. Ele considera imprescindível a palavra da população sobre qual tipo de regime é ideal para o País, presidencialismo ou parlamentarismo.

Alceni prevê o fim do PFL se ele não avançar

Gerson Menezes

"O PFL é o partido do ranço, que deixa pouco espaço para quem quer mudar as estruturas, reformar as instituições e até sonhar com dias melhores. Em decorrência disso, mantido o quadro atual, acho que o partido não tem futuro".

O "diagnóstico" é apresentado pelo médico e deputado Alceni Guerra (PFL-PR), que foi 1º vice-líder de seu partido na Constituinte mas acabou sendo afastado pelo líder José Lourenço (BA) por "teimar" em votar em teses consideradas muito "avançadas" dentro do PFL. O médico e deputado não hesita em prever a "falência" de seu próprio partido, dentro de pouco tempo, se não houver uma reformulação ampla e profunda, a começar pela substituição do liberalismo pela social-democracia, que ele considera muito mais adaptada ao País e aos tempos atuais.

"O PFL se apega ao antigo, à não inovação", prossegue o parlamentar, que diz acreditar "piamente" na possibilidade de o PMDB vir a romper com o presidente Sarney, deixando nas mãos do PFL o ônus de todo o desgosto do Governo. Ele considera que isso é bem previsível porque os estrategistas do PMDB hoje exercitam a futurologia com muito mais previsão do que os estrategistas do PFL, que são conservadores por natureza e têm medo das inovações.

Sem citar nominalmente o líder José Lourenço, com quem mantém o diálogo, apesar dos constantes desentendimentos, Alceni Guerra reclama que o PFL tem lideranças extremamente conservadoras em tudo, "pessoas com medo das mudanças, seja quais forem, e aí todas as teses retrógradas da Constituinte foram debitadas ao PFL". Ele diz que, além de não ter mensagem nem quadros, pois não possui representantes na área sindical, estudantil e entre setores importantes, como a Igreja e a própria imprensa, o PFL não tem também imagem. "Não conseguimos passar a imagem de autores da mudança do regime, mas sim de remanescentes do antigo regime". Hoje o partido se restringe praticamente ao segmento empresarial, que por sua vez possui vieses mais "confortáveis", diz ele, citando entre essas vias o próprio PMDB.

Dificuldade
Alceni Guerra atesta a dificuldade de sobrevivência do PFL com base em sua própria experiência como presidente da seccional paranaense. "Coloquei em ação — conta ele — toda a minha experiência de organização, incluindo a informatização, implantando um agilíssimo departamento de marketing, e contratei equipe experiente em vários setores para trabalhar pelo partido. Vencida a fase inicial, com um bom "pique" de filiações, hoje gasto 90% do meu tempo impedindo que as pessoas saiam do PFL e apenas 10% filiando novos adeptos". Nesse contato direto com as bases, na tentativa de promover filiações, o parlamentar diz que acabou chegando à conclusão de que o partido tem um

defeito embrionário: "Sua mensagem é muito ruim".

O liberalismo que o PFL encampou como bandeira, segundo ele, é rejeitado pela sociedade como algo do século passado, e até os próprios empresários o rejeitam. Ele admite que o liberalismo é ruim para um País pobre, com baixo nível de poupança, que necessita de investimentos pesados e infraestrutura, o que cria opções para a social-democracia, no seu entendimento.

Alceni observa que é impossível ignorar a necessidade de investimento do Estado na economia, quando se trata de um País em desenvolvimento, como o Brasil. O Estado, portanto, deve investir em setores que a iniciativa privada olha com restrição exatamente por enxergar muitos riscos. "Deve investir nesses setores, torná-los rentáveis, e então passá-los para a iniciativa privada, desenvolvendo em seguida outros setores". Esta, a seu ver, é a diferença fundamental entre o liberalismo, que rejeita a estatização, e a social-democracia, que admite o investimento do Estado em setores ainda embrionários.

Há apenas necessidade, segundo ele, de se manter um disciplinamento rigoroso desses estágios de desenvolvimento, citando o setor de aço, onde foram aplicados ultimamente no Brasil 20 bilhões de dólares que deveriam ter sido destinados à saúde pública, uma vez que o setor de aço já está suficientemente desenvolvido e, portanto, rentável, podendo ser transferido à iniciativa privada. "Nas décadas de 60 e 70, era absolutamente necessário o investimento estatal no aço. Agora, não. Da mesma forma, setores como o das telecomunicações e indústria aeronáutica não chegariam ao estágio atual se, na fase embrionária, não tivesse ocorrido o investimento do Estado".

Essa visão é claríssima para um social-democrata, argumenta Alceni, mas está fora de cogitação para um liberal, sendo que no PFL, no entanto, nem à fase de liberalismo se chegou ainda, segundo ele. "Um banqueiro espanhol disse certa vez que um banco bem administrado deve ter três níveis de compromisso: com a situação do seu dono e seus acionistas; com a sua clientela, ou seja, a preocupação com a qualidade do produto, e, finalmente, com os seus trabalhadores. O liberalismo que o PFL defende na Constituinte tem compromisso apenas com os "donos" do negócio; não tem sequer compromisso com seus clientes, ou seja, com a qualidade do produto".

Quando o senador Marco Maciel, presidente do PFL, fala em liberalismo social, segundo Alceni Guerra, está na realidade apenas querendo acasalar o liberalismo com a social-democracia, o que a seu ver não dá resultado positivo: "Seria como casar um primo pobre, desinformado e desatualizado — compara ele — com uma menina que, embora parente, seja rica, educada na Suíça e adaptada aos tempos modernos. Não dura a primeira noite".

Amaral tem medo do Ano-Novo

Sem vislumbrar melhoras para o próximo ano no campo econômico e político no que diz respeito à Constituinte, inclusive, o deputado Amaral Netto (PDS-RJ) diz que "infelizmente está tudo ruim" e a única esperança que tem é relacionada ao grupo "Centrão", apesar de suas propostas apresentarem ainda problemas que só serão resolvidos em janeiro.

"Se 88 conseguir ser um pouco melhor do que este ano já será uma grande vantagem" analisa considerando também os trabalhos da

Assembleia Constituinte, onde declara que o "Centrão", enquanto fato importante dentro do processo, "até agora, discutiu só o regimento interno e não se entrou na luta das posições ideológicas. O "Centrão" é a solução para resolver alguns aspectos".

Mas em um item Amaral Netto vê possibilidade de conquistar a consagração do que para ele é uma luta fundamental: a pena de morte para crimes hediondos, ou seja, seqüestro e estupro seguidos de morte da vítima.

Ulysses teme racha e quer evitar convenção

A proposta para convocar uma Convenção Nacional extraordinária do PMDB — a ser analisada pelos "históricos" do partido no dia 9 de janeiro —, que irá estudar um possível rompimento com o Governo Sarney, já está produzindo divergências entre as lideranças do PMDB. Os "históricos" consideram que "o partido está sem rumos na Constituinte" e defendem a convenção. Mas os peemedebistas apoiados por Ulysses Guimarães, presidente do partido, trabalham para desmontar a articulação, com receio que a convenção "oficialize o racha existente no partido".

Reunidos no último dia 12, os

Egídio é contra, por temer impasse

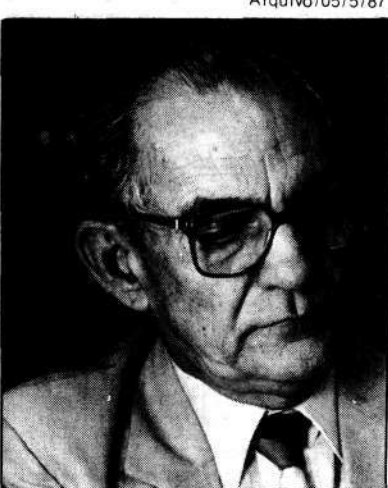
O deputado pernambucano Egídio Ferreira Lima, um dos parlamentares mais ligados ao presidente nacional do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, é contrário à realização de uma convenção extraordinária do partido, que os articuladores do movimento de restauração do PMDB histórico pretendem convocar para decidir, entre outras coisas, sobre a proposta de rompimento com o Governo.

Entende Egídio, que, antes de concluídos os trabalhos da Constituinte, o rompimento com o Governo seria danoso ao processo de transição democrática, daí sua resistência à ideia de uma convenção extra. O parlamentar pernambucano também acha desaconselhável o lançamento imediato de uma candidatura do partido à Presidência da República, que alguns consideram provável caso a convenção venha a ser realizada.

Observa ainda Egídio Ferreira Lima que uma convenção só deve ser convocada quando as questões a serem discutidas estiverem suficientemente amadurecidas. "Do contrário", afirma, "ela se torna inútil, como ocorreu em relação à convenção extraordinária que o PMDB realizou em agosto". Tal convenção foi realizada por insistência de parlamentares que queriam uma definição em torno da duração do mandato do presidente Sarney e um posicionamento do partido em relação a questões econômicas e sociais. Os convenções acabaram adotando uma decisão evasiva, segundo a qual a posição partidária quanto à duração do mandato presidencial e ao sistema de governo seria definida pela Assembleia Constituinte.

Agora — considera o Parlamentar — os "históricos" querem nova convenção para que ela oficialize o "racha" existente no partido, entre o "Centrão", que se inclina para a direita, e os liberais e progressistas mais identificados com as propostas sociais do programa partidário. Querem também, se vitoriosos (o que é improvável), votar o rompimento do PMDB com o Governo.

Os históricos têm reunião convocada para o dia nove, em Brasília, para discutir iniciativas capazes de viabilizar a convenção. Mas se acredita que, tão logo regresso dos Estados Unidos, no final da próxima semana, Ulysses inicie um trabalho de desmontagem dessa articulação dos "históricos".



Egídio Ferreira Lima

Lourenço diz que Carta vai gerar orgulho

Fiel ao "Centrão" na tentativa de recuperar sua imagem perante a opinião pública, o líder do PFL na Câmara e um dos principais líderes do grupo, deputado José Lourenço (BA), disse que aqueles que são hoje acusados de conservadores darão ao País uma Constituição que "será o instrumento básico para que o Brasil se transforme não só numa grande potência, mas também numa Nação em que todos possam se orgulhar de dizer que são brasileiros".

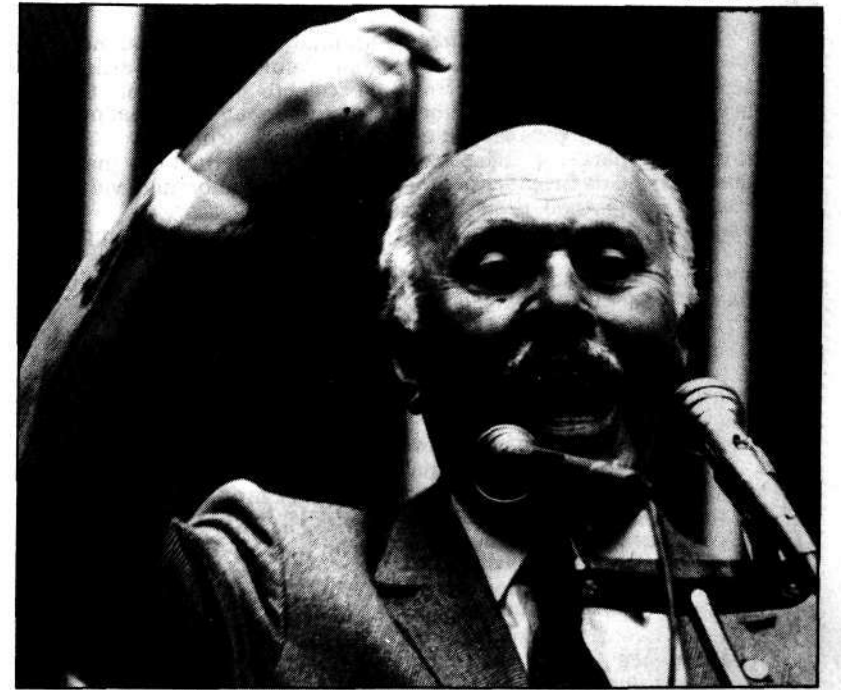
Depois de afirmar que os integrantes do "Centrão" foram vítimas de todo tipo de "agressão e calúnias", Lourenço classificou como "natural" a reação de "alguns radicais", que, segundo ele, não estão sendo nem mesmo originais ao ameaçarem não subcrever a nova Carta, "porque quando a última Constituição portuguesa ficou pronta também alguns radicais não assinaram". Ele disse que a Comissão de Sistematização tentou "inviabilizar" o País, mas agora o "Centrão", "vai impedir, com patriotismo e determinação", que os radicais de esquerda façam uma Constituição albanesa.

"históricos" pretendem definir, através de propostas objetivas e concretas, uma espécie de depuração partidária, afastando os setores conservadores oriundos da Arena e do PDS. Decidiram, então, partir para o confronto com os peemedebistas integrantes do "Centrão" e marcar uma ampla reunião para o próximo dia nove, em Brasília, onde irão examinar as propostas a serem levadas à convenção. A expectativa é pela deliberação partidária em todas as questões polêmicas que o PMDB evitou tomar posição nos últimos tempos, como sistema de governo e mandato do presidente Sarney.

As resistências contra a con-

venção partem do próprio presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, apoiado pelo governador Orestes Quércia. Ambos argumentam que o partido deve concentrar seus esforços e atenções à conclusão dos trabalhos da Constituinte. O deputado Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE), defensor da convenção, adverte que "a influência dos conservadores do partido na Constituinte está agravando o descrédito do PMDB diante da opinião pública". Já o deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) alerta que um possível rompimento do partido com o Governo "seria danoso ao processo de transição democrática".

Arquivo - 28/5/87



Para Lima Filho, partido só se preocupa com cargos

"Quem dá o tom é o Robertão"

"O PMDB está sem rumo na Constituinte. Até aqui, quem dá o tom é o Robertão. O partido só se preocupa com os cargos e com o poder". Com essas palavras, o deputado pernambucano Osvaldo Lima Filho reagiu à tentativa de inviabilização da Convenção Nacional que o movimento dos "históricos" do PMDB pretendem realizar em fevereiro, para discutir o posicionamento do partido diante das grandes questões nacionais e a proposta de rompimento com o Governo.

As resistências contra a convenção extraordinária partem principalmente de lideranças peemedebistas vinculadas ao presidente do partido, Ulysses Guimarães, e de alguns governadores, liderados pelo de São Paulo, Orestes Quércia. O argumento mais frequente entre os que reagem à ideia da convenção é o de que o partido deve concentrar todas as suas atenções, no momento, na conclusão dos trabalhos da Constituinte.

"Esse é um argumento idiota, um contra-senso — afirma Osvaldo Lima Filho, acrescentando que "o partido precisa exatamente de fixar posições nítidas para orientar seus filiados na Constituinte e o melhor instrumento para tanto, a seu ver, é a Convenção Nacional".

O que é inaceitável, segundo o

representante de Pernambuco, é que a posição partidária seja confundida com as posições no "Centrão", encarnadas, no seu entendimento, pelo deputado Roberto Cardoso Alves, "o Robertão". Ainda de acordo com Osvaldo Lima Filho, a influência dos conservadores do partido na Constituinte está agravando o descrédito do PMDB, refletido nos resultados da recente eleição municipal de Vila Velha (ES), onde a legenda ficou em terceiro lugar, "perdendo para o mosquito e para o PT".

Sem diretriz

Na realidade, como observou o deputado pernambucano, o PMDB não tem nenhuma diretriz a ser cumprida pelos seus representantes na Constituinte. No início do ano, o presidente da Fundação Pedroso Horta, senador Severo Gomes, ainda procurou consultar as bases do partido sobre questões de interesse nacional, para que isso se refletisse nos votos dos peemedebistas na Constituinte, mas o trabalho chegou a ser aproveitado apenas parcialmente por alguns dos subrelatores da Comissão de Sistematização. Para a votação em plenário, que começa no próximo mês, não há qualquer orientação, devendo prevalecer as posições pessoais ou dos vários grupos em que o PMDB está dividido, principalmente do "Centrão" e dos "Progressistas".

Bonifácio nega manobra para prejudicar pleito

Não tem nenhum sentido as especulações de que o "Centrão" estaria articulado com o Governo para retardar a promulgação de futura Constituição e, com isso, adiar a realização das eleições presidenciais e municipais, previstas, a princípio, para 15 de novembro de 1988. A declaração foi feita ontem pelo deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), um dos coordenadores do "Centrão", que se encontra de plantão em Brasília, neste final de ano.

Para Bonifácio de Andrada, não há nenhuma articulação nesse sentido de ambas as partes. Segundo ele, o "Centrão" surgiu com a intenção de aprimorar os trabalhos da Constituinte, alterando o regimento para proporcionar melhorias, no projeto constitucional aprovado pela Comissão de Sistematização. Alega o parlamentar que como a data das eleições presidenciais será estabelecida nas disposições transitórias da futura Constituição, ela poderá ser marcada para 15 de novembro, ou para dezembro, ou até mesmo para janeiro de 1989, e não obrigatoriamente para 15 de novembro, como se pensa.

No entanto, Bonifácio de Andrada tem convicção que a conclusão dos trabalhos da Constituinte deve ocorrer no final de março ou, no máximo, no início de abril, e, com isso, observa, haverá tempo suficiente para a realização das eleições em novembro. É preciso observar, também, que a definição do mandato do presidente José Sarney será tomada no plenário da Constituinte, com a votação da maioria dos 559 parlamentares constituintes.

Preliminar

O que se tem hoje, eleições para o sucessor do presidente José Sarney a 15 de novembro do próximo ano, é uma preliminar, aprovada pela maioria dos 93 membros da Comissão de Sistematização, e a

decisão final que irá prevalecer será tomada provavelmente em março, pelo plenário da Constituinte, durante a votação das disposições transitórias da nova Constituição.

O parlamentar centrista destaca que a não-aprovação do novo regimento da Constituinte este ano se deu porque o "Centrão" precisava de mais tempo para a elaboração de suas emendas ao projeto de Constituição. Por isso, preferiu adiar a votação para o dia 4 de janeiro. Ele acredita que nesta data será aprovada a alteração do Regimento Interno da Constituinte e, já no dia 5 ou 6, começarão a correr os prazos para a apresentação de emendas ao projeto constitucional — sete dias. Encerrado o prazo de emendas, o relator Bernardo Cabral terá cinco dias para dar o seu parecer. Dado o parecer, correrão três dias para os destaques e então o projeto vai para a votação em plenário.

Segundo Bonifácio de Andrada, no dia 4 de janeiro a maioria dos membros do "Centrão" deverá estar em Brasília para concluir a votação do regimento. Ele acredita que o regimento será aprovado como está, e os cinco pedidos de destaque apresentados pela esquerda deverão ser rejeitados. Ou seja, não deverão ser alterados os números de emendas por parlamentares, os prazos de apresentação, nem deverão ser aceitos os pedidos de destaque para votação em separado por partidos. Pelo que está aprovado, esses destaques para votação em separado precisarão de 187 assinaturas e os destaques comuns, de uma assinatura.

As emendas do "Centrão" alterarão o projeto em torno de 20 a 25%. Segundo ele, o maior número de emendas visa alterar em torno de 20% os títulos II e VII. Nos demais títulos esses número serão em torno de 10%.